

SOBRE HISTÓRIA E LITERATURA¹

João Batista Pereira²

A poesia figura a realidade.

Hayden White

A necessidade de deliberar sobre acontecimentos vividos e deixar para a posteridade fatos presenciados ou imaginados, pode ser entendida como os primórdios da idéia de história como hoje a conhecemos. Instituído relevo àquilo que filia a sua existência ao mundo, ao narrar a sua vivência o homem assegurou grandeza a atos individuais e coletivos, assentando para a importância de preservar para o futuro a memória, na qual fecunda a tradição. Em um pólo distinto, à fugacidade da existência, vinculada ao momentâneo, ao atemporal, o trânsito das palavras no discurso interdita e resignifica a realidade, preservando não apenas as ações históricas, mas reitera o sustentáculo de subjetividade que mantém a ligação entre o homem e a experiência na busca do sublime através da arte. É o especular que, através da linguagem, traduz estados anímicos em narrativas que subvertem o tempo histórico, sombreando a vida com o que chamamos de poesia³.

Quando características históricas e poéticas são condensadas em metanarrativas, explicitam-se matizes discursivos que permitem nomeá-las como expressivas da grandiosidade humana, detendo o poder de modelar e demarcar a face do tempo. Enquanto portam um discurso poético e refletem sobre os limites existenciais da vida, essas narrativas amplificam aspirações e se assentam como veículo das ações divisoras do tempo social.⁴ Pela dimensão alegórica e pelo simbolismo presentificado em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, podemos aceitá-la como uma dessas narrativas emancipatórias, capaz de gerar indagações não apenas pelo que lhe motivou, mas, principalmente, pelo que suscitou no questionamento do mundo que lhe deu forma. Em sua fatura e interpretação transfigurou-se uma realidade regional, deixando marcas indeléveis na compreensão do Brasil, delegando ao país um imaginário topográfico e humano até então desconhecido.

¹ As reflexões aqui empreendidas – a legitimação dos estatutos histórico e literário – indiciam aquilo que entendemos como pressuposto para o desenvolvimento da tese da tragicidade que assedia *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Neste sentido, ao problematizar a validade conceitual da história e da literatura, nos detemos em apreciar brevemente as convergências e interações que as torna símiles, assim como aquelas que as distancia, caracterizando, além da ontologia discursiva que as forma, a função que exercem socialmente. Detalhamento que perdura analiticamente restrito, assim como a consistência teórica e a validade conceitual dos termos sobre a narrativa euclidiana, que fogem ao alcance do presente artigo.

² Doutorando em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <jmelenudo@hotmail.com>.

³ Destacamos que os qualificativos “poesia” e “literatura” e as conseqüentes adjetivações que deles advêm, serão usados indistintamente neste trabalho.

⁴ MOISÉS, Leyla Perrone. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 180.

Na forma em que se estrutura, *Os sertões* enlaça em sua constituição e exegese a síntese de coesão e unidade mantida entre a história e a literatura. Essa hibridez convida para tê-lo como uma obra não-dogmática, continuamente atualizada por comportar investimentos interpretativos que ultrapassam categorias de gêneros narrativos, “capaz de se amoldar a diversas ‘verdades’, sem que pareça estar sujeita a uma”.⁵ Designada como um clássico, a sua leitura permite a cada época encontrar uma auto-representação, sem que o meio ou a cultura na qual se encontra inserida se sacrifique ou nela se dissolva. Ao contrário, a estatura da obra a ambos ultrapassa, revelando tessituras que reordenam e elucidam as ações do homem dentro do seu presente histórico.

Na miríade das proposições possíveis, recortar a designação da obra euclidiana à luz dos gêneros narrativos de forma maniqueísta, sem uma reflexão que atente para os liames que a modela sob a ótica histórica ou literária, apequenaria a sua apreciação, desconsiderando que narrativas coexistindo sob múltiplos estamentos traduz-se como uma peculiaridade que acompanhou o fazer artístico ao longo do tempo. A transfiguração da realidade através do discurso instituído pela linguagem aporta em ambos os gêneros, distinguindo-se nessa concretização da realidade a forma como cada um a percebe e a exterioriza, o que justificaria a heterogeneidade de interpretações extraídas na leitura d’*Os sertões* pela fortuna crítica, derivadas da dificuldade em definir de forma estanque o seu estatuto.

Definir “história” e “literatura” é divagar sobre a ambigüidade incorporada no uso dos termos, dificultando sanar tal dualismo sob a égide de teorias estritas. A simbiose neles prenunciado foi antevisto por Castelvetro ao reinterpretar a *Poética* aristotélica, considerando a poesia dependente da história, com aquela tomando “toda sua luz da luz da história”.⁶ Para pontuar o caminho que elucide essa ambivalência, uma primeira reflexão se apresenta, nuançada por dois aspectos emblemáticos: imaginar que o factual, atento à verdade, asseguraria embasamento teórico e normativo ao que é história, e a subjetividade, vinculada à imaginação, teria importância análoga para a literatura. Ainda que essas premissas surjam como o cerne motivador dessas instâncias narrativas, o aprofundamento analítico de cada uma delas provocará uma percepção que diluirá a rigorosa separação entre o que é histórico e o que é literário. Instituir um conceito para os termos não é o objetivo precípua deste trabalho. Importa entender sobre o que neles se encontra interiorizado e o que os estrutura, afigurando-os como gêneros distintos de uma mesma prática discursiva.

Afastando-se provisoriamente da idéia que alija a dialética como um meio para compreender o contexto do surgimento de cada um dos termos, há uma aproximação entre história e literatura que permitiria ir além dos fatos sociais que as motivam como algo que lhes assemelha: a permanência dos mitos e a linguagem. Concebendo que o factual represa a imaginação quando esta busca a veracidade da história perdida nos desvãos do tempo, com o uso da linguagem o simbólico alça vôo, delimitando novas veredas para perscrutar a concretude da realidade. Em uma obra como *Os sertões*, que assimila concomitantemente áreas diversas do saber, é

⁵ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 242.

⁶ LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. 2ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 34.

*precisamente esse componente literário ou artístico do seu discurso que os resguarda de um desmentido definitivo e lhes garante um lugar entre os 'clássicos' da historiografia. É à força da imaginação criadora desses escritores clássicos que pagamos tributo quando lhes louvamos as obras como modelos do ofício de historiador muito tempo depois de termos deixado de dar crédito à sua erudição ou às explicações específicas que eles ofereceram para os fatos que buscaram elucidar.*⁷

Como se apresenta a mitologia e de que forma a linguagem proporciona a existência deste duplo registro para as narrativas são motivações alentadas para a simbiose que impregna o histórico e o literário, convidando a pensar sobre as suas constituições, condição basilar para delinear os aspectos teóricos a que se atém a *episteme* de cada um deles. Nesse sentido, ao trazer à baila a gênese da história iniciada com Heródoto e Tucídides, sinalizamos para a importância de entender as bases sob as quais esta se fundou. Instituído a verdade que encontra o seu repositório nas ações do tempo histórico, os autores a adotaram como premissa para a realização das suas narrativas e buscaram se afastar das sendas que a remeteria contiguamente àquilo que formava o escopo da poesia: a imaginação.

Encontra-se na Grécia a referência mais antiga do que se convencionou chamar de *história*. Antes de ser assim nominada, nos seus primórdios as crônicas exerceram atribuições equivalentes na Antiguidade. Enquanto para o cronista os “acontecimentos que ele registrava eram também a *estrutura* de sua história [...] o historiador vê tais acontecimentos como fenômenos históricos, a serem relacionados dentro de uma estrutura conceptual não apenas mais ampla, mas diferente na forma”.⁸ A sistematização dos fatos, elencados uniformemente com a finalidade específica de registrá-los para a posteridade, foi feita pioneiramente por Heródoto no livro *História*, ao aventurar-se no relato das guerras helênicas ao longo do século IV a.C., compondo-se de impressões que se alternam de informações sobre hábitos e costumes a lendas e aspectos da religiosidade na Grécia Antiga. Partindo dessa amplitude temática e atestando na narrativa herodotiana um método e uma validade discursiva, na atualidade a obra pode ser aceita como história, partindo das palavras designadas pelo próprio Heródoto: “Ele próprio a designa como ‘uma exposição de pesquisas’. Parte do princípio de que, se há lugar para os acontecimentos históricos, deve haver também para a documentação geográfica, étnica, para a descrição dos costumes, das religiões”.⁹

O impedimento manifestado na crítica da referida obra aos olhos do mundo moderno exporia o anacronismo contido em tal atitude. O livro de Heródoto ganha relevo nessas considerações iniciais por conter um aspecto que permeou o questionamento da história como ciência desde a sua origem: aceitar a conotação interpretativa como condição inata da forma como os fatos são registrados, implicando entender o caráter ambíguo do que se relata quanto à fidedignidade

⁷ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. 2ª Edição. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 135. (Coleção Ensaios de Cultura 6)

⁸ FRYE, Nortrop. *Anatomia da Crítica*. Quatro ensaios. Tradução Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 23. (*grifo do autor*)

⁹ AZEVEDO, Vítor de. Estudo crítico. In.: HERÓDOTO. *História*. Traduzido por J. Brito Broca. São Paulo: Ediouro, 2001, p. 21.

dos acontecimentos tal qual eles ocorreram. Essa alusão enseja compreender que, no julgamento do que é observado e selecionado para ser materializado como história, reside a esquivada subjetividade que determinará a construção do discurso pelo historiador.

Definir a história como um registro de acontecimentos, arremetidos sob uma estrutura unívoca em consórcio com a realidade, suscita uma constatação, paradoxal pelo conteúdo e finalidade: a busca da objetividade, a representação de uma totalidade que a valida como ciência, se esvai ante a aporia que o próprio conceito de verdade institui. No discurso historiográfico multiplicam-se versões para um mesmo fato, especificamente pelo que é refratado da realidade na consciência de quem relata. A subjetividade, permeada pelo contexto e pelas apreensões de mundo, define o que se escreverá sobre o presente e, simultaneamente, recairá sobre quem narra a tarefa de remontar e recontar o mosaico de versões constitutivas de fatos pretéritos.

A fuga dessa aporia – atestar a verdade sobre fatos do passado que a temporalidade impede confirmação, indicando isenção para o que se registra –, consta como prévia indicação no livro de Heródoto, que o inicia mencionando as causas iniciais da rivalidade entre gregos e persas, concluindo: “quanto a mim, não pretendo absolutamente decidir se as coisas se passaram dessa ou daquela maneira”.¹⁰ O contexto histórico permite entender quão difícil foi dar consecução à empresa de alcançar uma imparcialidade nos registros, uma vez que a isenção não foi a tônica que aquilantou a sua obra para a posteridade. No relato revelam-se inverdades, acentuadas pelas idiosincrasias do autor e, fundamentalmente, pelas motivações que o instaram a levar a cabo a perenização das conquistas do povo grego, dado relevante quando analisadas as visões de mundo que predominavam na Grécia Antiga em meados do século IV a.C. Encontramos na narrativa herodotiana:

*1º) a credulidade ou um amor indevido ao maravilhoso, tanto em matéria religiosa, como no campo da natureza ou dos hábitos do homem; 2º) uma procura constante do efeito, conduzindo ao exagero, às contradições, e uma excessiva inserção do elemento anedótico em sua obra; 3ª) ausência de julgamento dos métodos críticos, evidenciados em descuidos, inexatidões e trivialidades.*¹¹

As menções acima não encerram um anátema na obra de Heródoto. Deve-se compreendê-la e, sobretudo, atentar para o tempo histórico de sua elaboração. Ela situa-se sob um contexto que preconizava um ideal de sociedade na qual os deuses mantinham uma estreita ligação com o presente e o futuro do homem, e essa característica indiciava uma concepção de mundo na qual perdurava a “certeza de um destino inevitável, de uma ordem universal que desde o início marcou a cada ser determinado um certo roteiro e limites fixos”.¹² Como expressão deste *zeitgeist*, na leitura e interpretação da obra de Heródoto é aceitável a permanência de impressões modelares do seu tempo, vislumbrando as ações humanas sob o

¹⁰ HERÓDOTO. *História*. Estudo crítico de Vítor de Azevedo. Tradução de J. Brito Broca. São Paulo: Ediouro, 2001, p. 46.

¹¹ AZEVEDO, *Estudo crítico...*, p. 28.

¹² AZEVEDO, *Estudo crítico...*, p. 30.

efeito e as influências do *demoniun*, acepção que a aproxima da arte dos logógrafos jônicos, que tinham como função deleitar os ouvintes com histórias dentro de uma ampla liberdade de pensamento.

Se essas são motivações encontradas para compreender como se instituiu o conceito de história, desvelaram-se novos matizes para o seu entendimento com Tucídides, no livro *As guerras do Poloponeso*, obra cuja diretriz metodológica permitiu muançar filigramas que ocasionaram um aprofundamento na reflexão sobre fato e imaginação, mito e verdade. O tempo social de sua elaboração expõe e alude a uma bifurcação no qual transitava-se de um momento em que o divino perde a sua força e é suplantado como sustentáculo para explicar a vida, delegando incipiente autonomia ao homem. Na história tucididiana, o “*demoniun*, causa determinante para os fatos históricos” cede lugar à “ação humana, como resultado do caráter e da situação do indivíduo”.¹³ Se essa reflexão sobre o homem como agente é o *leitmotiv* da obra – as deliberações do sujeito que busca se afastar da ingerência dos deuses em sua vida terrena – e na estrutura desponta maior rigor metodológico, calcifica-se uma condição não resolvida pelo historiador, presente no seu discurso: “o ajuste entre a transcrição objetiva e a expectativa subjetiva”¹⁴ da realidade.

Compreende-se que, com o relato das guerras do Poloponeso, Tucídides objetivava mais do que meramente fazer eco aos fatos tal como ocorreram. Na tentativa de reparar o passado objetivamente como *facto*, evidencia-se a intenção do historiador em validar a história isenta de motivações alheias do que fora oferecido pela realidade, ideal percebido no decréscimo das ilações valorativas e nas inexatidões históricas contidas na obra. Todavia, o imponderável que reside na subjetividade quando elege acontecimentos para historicizá-los usualmente soterra e contradiz a objetividade pretendida. A acribia, fundada em transcrever objetivamente a realidade, encontra obstáculos para a sua realização: as escolhas do historiador – que passa a ser um critério de seleção –, e *como* será feito o registro histórico. Na narrativa tucididiana é patente a rarefeita união entre a transcrição objetiva e a expectativa subjetiva, como um fim não alcançado: “a meta de Tucídides no discurso, assim como na narrativa, era registrar veridicamente – apresentar ‘o que foi realmente dito’; havia, porém, [...] uma meta oposta e inconsistente: omitir, selecionar e concentrar, dando, ao invés, ‘o que era pertinente’”.¹⁵

O tênue espaço entre a objetividade pretendida e aquela alcançada fica mediado pela subjetividade. Ainda que devemos ressaltar a fidedignidade dos fatos como base primária da história, encontra-se nessa “expectativa subjetiva” – o minucioso trabalho que fragmenta a realidade sob formas simbólicas, repositório poético do qual Heródoto e Tucídides tentaram se afastar –, um contraponto à concretude da realidade buscada pelo historiador. Assim como Heródoto, Tucídides esteve imerso em um mundo que atentava para as discrepâncias entre o discurso histórico e o poético, de maneira que a intencionalidade e os referentes ideológicos impostos em sua obra foram vertidos para outra composição, na qual o critério metodológico adotado será a criteriosa exatidão dos relatos. Entretanto, o autor permanece acionando o

¹³ AZEVEDO, *Estudo crítico...*, p. 34.

¹⁴ LIMA, *História...*, p. 83.

¹⁵ LIMA, *História...*, p. 80.

distanciamento da poesia como meio de afirmar o que é história, buscando, assim, uma natureza unitária e autônoma para o discurso. Fazendo da oposição entre o real e a fantasia uma síntese do dualismo que permeou as suas narrativas, reitera-se a propensão de ambos os historiadores em revelar as diferenças entre a verdade e a poesia: “Heródoto e Tucídides atacam em comum a base homérica. Longe de ser ocasional, a discrepância é sistemática, e onde o primeiro fala dos antigos épicos é para desacreditá-los”.¹⁶

A necessidade desse distanciamento teórico, inclusive com a delimitação do discurso que especificava cada um dos gêneros literários, posteriormente foi objeto de reflexão de Aristóteles na *Poética*. Elencando as especificidades de cada narrativa de acordo com as características que as constituíam, ele lembra que:

*Não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta: a obra de Heródoto poderia ser metrificada; não seria menos uma história com o metro do que sem ele; a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro, fatos que podiam acontecer. Por isso a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela anuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares.*¹⁷

A distinção encontrada entre história e poesia: “aquela anuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares”, entre o que aconteceu e o que poderia acontecer, enuncia pressupostos finalísticos, mas não divisa o suporte que permitiria chegar ao fim pretendido. Ressaltar o que seria verdadeiro ou falso, ou o que se encontra aquém e além da realidade dentro do discurso histórico, são concepções não contempladas na *Poética*, pendentes em discussões teóricas que chegaram até a atualidade. Todavia, conquanto permaneçam irreduzíveis, e até mesmo excludentes, ainda que os termos ‘história’ e ‘poesia’ soem dissonantes no que a *episteme* de cada um deles pretende alcançar, o instrumental em que se baseiam permanece semelhante: extraem da vida os fios que os tramam. Urdidos da subjetividade que cumprirá a função de resguardar acontecimentos pretéritos e atuais, ambos respondem aos feitos do homem a partir da experiência que busca um sentido para a existência.

Sugerida a permanência da história sob a égide da *alethéia*, cujo limite se impõe pela particularidade dos fatos narrados, insinua-se no historiador a necessidade de ilhar a imaginação dos seus relatos. A interlocução entre história e literatura demonstra que há fluidas fronteiras nas quais os estatutos se conectam. Enquanto a verdade é condição valorativa a ser alcançada pela história, a oposição entre o verdadeiro e o falso, entre a realidade e a fantasia torna-se opaca no âmbito da literatura. Nesta, a subjetividade delega peremptoriamente a apreciação do discurso sob um viés estético, diferindo da escrita da história, envolta em ambigüidades quando buscou conceituar não apenas o ofício que os historiadores se propunham instituir, mas, principalmente, definir o próprio objeto que lhes era resultante:

Por um lado, ambos os escritores (Heródoto e Tucídides) se vêem como

¹⁶ LIMA, *História...*, p. 38.

¹⁷ ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. 2ª. Edição. Introdução de Roberto de Oliveira Brandão. Tradução de Jardim Bruna. São Paulo: Cultrix, 1985, p. 28.

herdeiros da tradição narrativa épica, especialmente como expressa na comemoração de Homero de uma grande guerra, na Ilíada. Ambos também se vêem como desenvolvendo o projeto construído no poema de Homero [...]: analisar a causação e processo da guerra e do conflito e fazê-lo pela invenção de discursos significativos e pela seleção e apresentação de acontecimentos concretos. Por outro lado, ambos os escritores também se vêem como comprometidos em um projeto que se distingue do da tradição poética por sua tentativa de estabelecer a verdade factual e em distingui-la da “inverdade” ou “falsidade” textual.¹⁸

Esta proposição reforça a tese central dos historiadores gregos, que no germe de suas narrativas heróicas tenderam a desatrelar a substância que articula a história da influência dos mitos, base constitutiva que fundou a poesia e dava sustentação à cultura na sociedade grega. Para eles, resignificar a realidade calcada em um patamar mitológico seria atribuição para um “historiador do imaginário”, a exemplo do que fez Homero na *Odisséia* e na *Ilíada*, em contraposição à verdade, matéria da história.

Ao assentir com esse delineamento teórico, necessário para determinarmos o escopo tempo-espacial em que se situa a história, uma assertiva uniforme assegura a perspectiva de que, assim como a literatura, ambas derivam de uma apreensão que as tem sob um manto social. Na história encontramos essa relação resultante dos fatos estabelecidos pelo contexto, a situação de sua erupção, a forma como ocorre a produção dos relatos e, principalmente, a subjetividade que os acompanha, forçosamente atrelados ao momento no qual são avaliados. A denegação dessas características minimizaria, inclusive, o conteúdo ideológico que lhe é inerente, quando não o estético: “É história-come-exemplum, que lhe será a justificativa por tantos séculos”¹⁹. Institucionalizada como meta na construção de um ideário científico, no qual o empirismo subvenciona a verdade como instrumento para a validação dos relatos, a perspectiva social redirecionará outro vislumbre para as narrativas: o poético. Secundando a realidade, ainda que dela prescindida, refletida na transformação que a linguagem opera no discurso, o homem trafega entre o real e a fantasia, transfigurando o mundo que o circunda, e o faz ao se indagar sobre o poder dos mitos, sobre o insólito da finitude, sobre a vida e a morte. A literatura potencializaria os elos do homem com a sua existência, expressa como um discurso específico. Mas qual dinâmica instaura esse discurso?

Uma definição modelar assente que “é a relação que as *palavras* estabelecem com o contexto, com a situação de produção e leitura que instaura a natureza literária de um texto”²⁰. Ao priorizar as palavras como um pêndulo a definir o construto literário, insere-se a linguagem como um componente a determinar não apenas a sua estrutura, mas também um caráter utilitário a exprimir sensações, projeções e reminiscências cultivadas pelo homem. Semeada na sociedade dentro de um contexto que exige uma relação orgânica na consecução instituída entre o autor, a obra e o

¹⁸ LIMA, *História...*, p. 38.

¹⁹ LIMA, *História...*, p. 86.

²⁰ LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. 5ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 38.

leitor para que haja a materialização do discurso literário, destaca-se, também, a sua funcionalidade, proporcionando alternativas para a construção de uma pausa na realidade. Como objeto que não se reduz unicamente à idéia, a literatura refletiria “a produção ou reprodução de um ser, isto é, de alguma coisa que nunca deixa de ser inteiramente pensada [...] porque esse ser é totalmente impregnado por uma existência, isto é, por uma liberdade que decide quanto à própria sorte e ao valor do pensamento”.²¹

Se as narrativas históricas oferecem desde a sua origem o bojo para que sejam consideradas repositórios da tradição e se impõem o epíteto de credores de uma verdade, no campo em que as palavras ratificam um comprometimento com a transformação da sociedade, transfigurando a realidade, os relatos literários podem ser vistos como membros de uma classe mais ampla de histórias, que não apenas têm um sentido, mas também o conferem à experiência humana. “Textos de demonstração narrativa”²², elocuições cuja relevância não reside apenas na informação, que apenas comunica, mas na forma como se dá essa narratividade, com a linguagem o homem constrói uma consciência para o mundo pautado no singular universo das palavras, destacadas para elaborar a reescritura de uma face do mundo inexprimível pela objetividade dos fatos.

A forma literária, aprisionada pelo signo, conteria no ato de representar a vida a resignificação de ideais individuais e coletivos que o homem retém latentes à busca de expressão. Se a ordenação objetiva do mundo se mostra como uma medida de improvável alcance com a história – mesmo aceitando a intencionalidade daquele que a escreve –, com a literatura recuperam-se antigos referentes do imaginário, a exemplo dos mitos, que assediam a linguagem aferindo a permanência do fato social como causa que a transubstancia narrativamente em efeito estético. Intentando uma forçosa e onírica analogia com o discurso histórico, pode-se imaginar o registro literário como uma:

*subjetividade que se entrega sob a aparência de objetividade, um discurso tão curiosamente engendrado que equivale ao silêncio; um pensamento que se contesta a si mesmo [...] um momento histórico que, pelos aspectos ocultos que revela, remete de súbito ao homem eterno.*²³

Essas digressões não apenas destacam, mas reforçam a debilidade e o tênue limite que abriga as discussões teóricas quanto às distinções entre história e literatura. A cambiante oscilação dos discursos dificulta conceituar os termos, imbricados dentro de um mesmo molde narrativo. Fundo e forma os substantivam igualmente. Cremos que, à institucionalização dos conceitos, talvez refletir sobre a função que cumprem perante o homem e à sociedade demonstre mais nitidamente a diversidade daquilo que os constitui e a finalidade do que pretendem. É calcado na função social exercida pelos estatutos histórico e literário que antevemos a possibilidade de apreciar uma obra como *Os sertões* na contemporaneidade, constatando a dubiedade das

²¹ SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 89.

²² CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999, p. 33.

²³ SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 28.

reflexões atribuídas pela fortuna crítica desde o seu lançamento. As conotações histórica, ficcional e literária, além da miríade de áreas da ciência que impregnam o livro, consideradas pelos críticos literários, em geral, trouxeram mais inquietações do que respostas definitivas. A ausência de uma unidade discursiva dificultando estabelecer conclusões uniformes demonstra a riqueza de interpretações que a obra suscita, mostrando a vitalidade da narrativa também como fundamento estético. Todavia, além de ressaltar as dificuldades que se insurgem na recepção de obras com estatuto multiforme, é fundamental recortar no seu espaço narrativo como se explicita a verdade histórica e o seu equivalente literário, definindo os contornos que lhes limitam, especificando o corpo teórico a que cada um pode ser adequado e, principalmente, discernindo quais tipos de relações predominam para instituir a natureza de cada um deles.

Antes de precisar o que história e literatura pactuam através das analogias presentes na superfície dos conceitos, pensamos em conjecturar o que se encontra em cada um deles, unificando idéia e discurso, esperando demonstrar a simultaneidade dos seus componentes que se amalgamam em *Os sertões*. Decorrente da ampla categorização de pressupostos que estrutura a história e a literatura na modernidade, um caminho se nos mostra factível para o alcance das respostas pretendidas: direcionando a nossa atenção para os liames existentes entre o mito e a linguagem, detentores de um cabedal histórico que acompanha as narrativas desde tempos imemoriais. O mito, fonte primeva que ajusta e repõe uma unidade de mundo inescapável pelo homem, deslocado, atenderá às necessidades humanas atemporalmente através dos arquétipos; e as palavras, magma discursivo que corporifica a linguagem, conduzem o pensamento no sentido de mimetizar e atualizar as concepções de mundo suscitadas pelo mito.

Sabe-se que a subjetividade e a imaginação presentes no objeto artístico são credores da mitologia, e “nascem não só da realidade circundante [...] mas também do diálogo com tudo o que vindo de tempos anteriores, [e] constitui a chamada tradição literária”.²⁴ Presente na estrutura das narrativas históricas e poéticas como arquétipos deslocados de sua fruição original, os mitos reatualizam a experiência do homem, oferecendo explicações dentro de um âmbito que excede o social. Sem que se confundam com enunciados poéticos, filosóficos ou religiosos, com frequência ele os inclui; em seu cerne, permitem a ponderação dos caminhos que levam à compreensão das “relações que o grupo privilegia, para suas instituições e costumes, para a natureza que cerca o homem e para os poderes que o teriam engendrado”.²⁵

Como contraste útil a lhe definir, quando a história ressalta a verdade como aporte categórico que a funda como ciência, a tentativa de confirmação desta premissa se embasará no afastamento dos mitos, condição que diferirá o falso do verdadeiro e a realidade da imaginação. Todavia, a simplicidade dessa dicotomia não esvazia conceitos que se mostram mais complexos. A face da verdade poderá ser enganadora até mesmo na história, pois, como assegura Nortrop Frey, os mitos

²⁴ LAJOLO, *O que é literatura...*, p. 46.

²⁵ LIMA, *História...*, p. 15.

far-se-ão presentes em sua estrutura como “enredos pré-genéricos”²⁶, acentuando prerrogativas ampliadas ao longo do tempo pela retórica e pela tropologia, variáveis que fragmentaram o binarismo verdade-mito como únicos definidores do histórico e do literário, e assimilou a linguagem como um valor que reforça e exterioriza os componentes subjetivos presentes no discurso.

Se a linguagem permite a variação de termos ou idéias dentro das narrativas, como conseqüência pode direcionar novos entendimentos para contextualizar e situar a visão de mundo daqueles que a apreendem. Quando vislumbramos a história sob a luz que ilumina a arte, essa visão de mundo desfaz-se da obrigatoriedade de exprimir a realidade e edifica o mundo a partir do que é captado singularmente pelo sentido. Neste âmbito, os *tropos* asseguram um entendimento para as narrativas que vai além da semântica, sinalizando para a possibilidade de, ao divergir daquilo que o sentido aponta, encontrar um desvio em direção a outra concepção ou ideal também correto e verdadeiro dentro de outra realidade, além da indicada literalmente. Ao abrir a possibilidade de a linguagem insinuar um sentido figurado ao que é descrito dentro de uma estrutura fixa, histórica, evade-se a realidade como ela é presentificada; o uso dos *tropos*, por exemplo, implicaria tê-la transfigurada, diluindo a proeminência histórica do discurso, aproximando-o do literário.

A brevidade dessas reflexões atendeu a dois objetivos: primeiro, buscou suscitar um questionamento quanto aos parâmetros que têm direcionado o pensamento sobre o que caracteriza história e literatura. A problematização da gênese dos termos e a funcionalidade social que lhes acompanha, talvez concebiam um aval para reinquirir os valores que os norteiam, possibilitando novas alternativas e interpretações dessas narrativas. O segundo prescinde de um escopo maior para o seu desenvolvimento: ele faz menção ao delineamento dos componentes que fazem de *Os sertões* uma narrativa híbrida, multívoca, credora de traços que atestariam a sua permanência também no âmbito da literatura, portanto, da arte. Matéria que tem sido objeto de atenção de críticos literários e de historiadores, permanecendo na ordem do dia como uma questão cardeal à espera de resposta.

RESUMO

Refletir sobre os pressupostos teóricos e conceituais que materializam os estatutos histórico e literário se alça como o objetivo do presente trabalho. Deslindando aspectos seminais que os autorizam desde suas origens – a verdade e a imaginação –, buscamos registrar categorias que se entrecruzam nesses discursos, a exemplo dos mitos e da linguagem, destacando a hibrididade como uma característica que perdura em narrativas como *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

Palavras Chave: Literatura; História; Teoria.

ABSTRACT

To contemplate on the theoretical and conceptual presuppositions that materialize the statutes historical and literary is the objective of the present essay. Extricating seminal aspects that authorize them from their origins – the truth and the imagination –, we looked for to register categories that intersect in those speeches, to example of the myths and of the language, detaching the hybridity as a characteristic that lasts long in narratives as *Os sertões*, by Euclides da Cunha.

Keywords: Literature; History; Theory.

²⁶ FRYE, *Anatomia da Crítica...*, p. 27.